

Conexão

ANO II - Nº 6 - DEZEMBRO 2006/JANEIRO 2007

SEBRAE
SP



Lei Geral

Enfim, tratamento diferenciado para as MPes

APL recupera a qualidade dos bordados de Ibitinga

Vale do Ribeira: apicultura multiplica oportunidades

Estudantes de São Paulo aprendem a empreender

Deputado Luiz Carlos Hauly: "Atravessamos o deserto"



**COMO FAÇO PARA
ABRIR MEU NEGÓCIO?**

DÚVIDA

**VOCÊ TEM PERGUNTAS?
O SEBRAE TEM RESPOSTAS.
Ligue 0800 728 0202
ou acesse www.sebraesp.com.br**

Empreendedor, seja qual for seu ramo de atividade - indústria, comércio, serviços, agricultura - você precisa de conhecimento para crescer. E para isso você pode contar com o SEBRAE-SP. Nós temos informações e ferramentas de gestão que ajudam o empreendedor a abrir, administrar ou ampliar sua empresa. Não fique na dúvida. Procure o SEBRAE-SP pela internet, pelo telefone ou em um dos mais de 100 postos de atendimento do SEBRAE no Estado de São Paulo.
Quem tem conhecimento vai pra frente.

SEBRAE
SP

O Brasil das pequenas empresas


A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, aprovada pelo Congresso Nacional no fim deste ano, foi um importante passo no sentido de permitir o crescimento e o fortalecimento das micro e pequenas empresas brasileiras e abre possibilidade para a retomada do crescimento sustentável do país, a exemplo de outras nações que investiram nos pequenos negócios como alternativa viável para a geração de trabalho e renda.

A lei vai transformar a vida de mais de 15 milhões de empreendedores – formais e não-formais –, proporcionando mais oportunidades para a sobrevivência e o crescimento dos pequenos negócios formalizados e a inclusão de grande número de empreendedores no sistema produtivo, que passarão a ter seu registro de cidadão empresarial. Construída por milhares de mãos e contando com importantes aliados ao longo da trajetória de quase quatro anos, a Lei Geral ataca as principais causas de mortalidade das pequenas empresas: excesso de burocracia e de tributos e escassez de crédito para investimento na competitividade.

O cadastro único vai diminuir o tempo de registro de uma empresa dos atuais 152 dias, detectados num estudo do Banco Mundial, para 15 dias; o SuperSimples, que será a unificação dos tributos federais, estaduais e municipais e também significará a criação de uma escala mais suave de alíquotas, vai dar fôlego ao empresário para investir no desenvolvimento de sua empresa. Além disso, a destinação de 20% dos recursos dos fundos de tecnologia para as MPes, prevista na Lei Geral, proporcionará maior acesso da pequena empresa aos avanços tecnológicos e desenvolvimento de novos processos e produtos.

Nas estimativas mais conservadoras do Sebrae, no primeiro ano de vigência da lei, 2 milhões de empreendimentos vão se formalizar, contribuindo para a entrada no mercado formal de cerca de 8 milhões de trabalhadores.

Em pouco tempo, vamos ter muitas outras histórias de sucesso para contar, como a dos apicultores do Vale do Ribeira, que descobriram um caminho para impulsionar os negócios e o desenvolvimento da região, ou o relato do grupo de confecções do APL de Ibitinga, que buscou parceiros e caminha para retomar para a cidade o título de capital do bordado, relatadas nesta edição.

Neste momento, cabe a nós permanecer mobilizados para a criação e implantação de mecanismos capazes de garantir que a lei finalmente saia do papel e chegue rapidamente até as 15 milhões de pequenas empresas que fazem do Brasil o país do empreendedorismo. 

A nova legislação vai mudar a vida de mais de 15 milhões de empreendedores

José Luiz Ricca

Diretor-superintendente do Sebrae-SP

Conselho Deliberativo do Sebrae-SP

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp
Paulo Antonio Skaf – Presidente

Federação da Agricultura do Estado de São Paulo – Faesp
Fábio de Salles Meirelles – Vice-Presidente

Associação Comercial de São Paulo – ACSV
Guilherme Afif Domingos

Associação Nacional de PD&E das Empresas Inovadoras – Anpei
Celso Antonio Barbosa

Banco Nossa Caixa S.A.
Carlos Eduardo da Silva Monteiro

Federação do Comércio do Estado de São Paulo – Fecomercio-SP
Abram Abe Szajman

Fundação Parque de Alta Tecnologia de São Carlos – Parqtec
Sylvio Goulart Rosa Júnior

Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT
Vahan Agopyan

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento
Econômico do Estado de São Paulo
Maria Helena Guimarães de Castro

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae
Luiz Otávio Gomes

Sindicato dos Bancos do Estado de São Paulo – Sindibancos
Antonio Carlos de Lauro Castrucci

Superintendência Estadual da Caixa Econômica Federal
Augusto Bandeira Vargas

Superintendência Estadual do Banco do Brasil
Valmir Pedro Rossi

Diretoria

Diretor-superintendente
José Luiz Ricca

Diretores Operacionais

Carlos Eduardo Uchôa Fagundes
Carlos Roberto Pinto Monteiro

Conexão

Redação

Gerente de Comunicação: Davi Machado
Editora Responsável: Eliane Santos (MTb 21.146)
Reportagem e redação: Ali Hassan, Beatriz Vieira,
Fabiana Inarra, Gustavo Guedes Brigatto, Lúcia Bazoti e
Pedro Burgos

Apoio: Adriana Sousa, Daniela Pita e Silmara Neves
Fotografia: Arnaldo J. Oliveira e Vinicius Fonseca

Produção

CDN – Companhia de Notícias
Diretor: Gerson Penha

Coordenador editorial: Marcelo Moraes
Editor-executivo: Ricardo Marques da Silva
Editor de arte: Renato Yakabe

Reportagem: Beth Matias e Rubem Barros
Fotografia: Agência Luz (Luiz Prado, Luludi,
Marcos Fernandes e Rafael Hupsel)

Revisão: Daniela Pita e Fabiana Pino

Periodicidade: bimestral
Tiragem: 20 mil exemplares

Cartas para: Comunicação Social – Rua Vergueiro, 1.117 –
8º andar – Paraíso – São Paulo/SP – CEP 01504-001 –
fax (11) 3177-4685

E-mail: ascom@sebraesp.com.br

Visite nosso portal: www.sebraesp.com.br

s u m á r i o



Frente Empresarial
pela Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas

Como será o Brasil com
a Lei Geral das Micro
e Pequenas Empresas



Marcos Fernandes/Luz

Apicultor em Juquiá:
novas perspectivas
numa região especial



Luiz Prado/Luz

Confecções de
Ibitinga detêm 5% do
mercado brasileiro

5 Notas

*As atividades do Sebrae-SP
no Mês do Empreendedor*

9 Artigo

*Frente Empresarial
permanece mobilizada*

10 Especial Lei Geral

*Enfim, tratamento
diferenciado para as MPes*

- A elaboração do projeto
- A mobilização nacional
- O que muda com a lei
- A nova agenda

20 Expansão dos PAEs

*São Paulo terá uma rede de
110 Postos de Atendimento
até o fim do ano*

22 Turismo

*Sebrae-SP inova e anuncia
17 circuitos temáticos
no interior do estado*

24 Agronegócios

*Apicultura colabora para a
criação de emprego e renda
no Vale do Ribeira*

27 APLs

*Ibitinga investe em qualidade
para voltar a ser a capital
nacional do bordado*

30 Incubadoras

*Regionalização multiplica
capacidade de atendimento*

32 Empreendedorismo jovem

*Alunos de escolas paulistas
antecipam o futuro*

NOTAS

Por Eliane Santos, com Redação

Mês do Empreendedor

Duas datas em outubro são especiais para o Sistema Sebrae: o Dia da Pequena Empresa (5) e o Dia do Sebrae (9). Para comemorar, a unidade paulista executou uma série de atividades especiais, voltadas para os empreendedo-

res dos quatro cantos do estado: Sebrae na Rua, BNDES, Estação do Empreendedor, lançamento da disciplina Empreendedorismo, inauguração de PAEs (veja matéria na pág. 20) e premiação do Desafio Sebrae.

Sebrae na Rua

Milhares de empreendedores paulistas usufruíram, ao longo de 2006, de uma das mais importantes ferramentas de acessibilidade do Sebrae-SP: o Sebrae na Rua. Até o fim do ano, a Caravana do Conhecimento deve passar em mais de 100 municípios. Trata-se de um Sebrae itinerante, sob medida, que mostra aos empreendedores o que a instituição faz pelas MPEs. Gestores do Sebrae-SP percorreram as cidades e fecharam parcerias com as lideranças locais, para acertar a programação.

O Sebrae na Rua ficou, em média, três dias em cada cidade.

Até o fim de novembro, cerca de 100 mil pessoas participaram das atividades. E a iniciativa trouxe resultados tão expressivos que extrapolaram os limites de São Paulo. Outros estados implantaram versões similares.



Fotos: Arnaldo J. Oliveira

Sebrae na Rua no Anhangabaú

Pela primeira vez, a Caravana do Conhecimento aportou na capital paulista. Em quatro dias, foram realizados cerca de 8 mil atendimentos nos trailers, tendas e cine truck instalados no Vale do Anhangabaú. Além de orientação e capacitação, os participantes puderam conferir dezenas de shows de artistas locais. Depois do centro da cidade, a caravana seguiu para as zonas Leste, Oeste, Sul e Norte. Em todo o estado aconteceram mais de 30 Sebrae na Rua, com mais de 40 mil participantes.



Postos de atendimento itinerantes percorrem várias localidades e mostram o que o Sebrae-SP pode fazer pelos empreendedores



Rede de informações para quem precisa de financiamento

No dia do aniversário do Sistema Sebrae (9 de outubro), os empresários do estado de São Paulo ganharam um presente significativo: todos os 32 Escritórios Regionais e os mais de 90 Postos Sebrae de Atendimento ao Empreendedor (PAEs) funcionarão como centrais de informação sobre as linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) disponíveis para as micro e pequenas empresas.

O anúncio foi feito pelos presidentes do Conselho Deliberativo do Sebrae-SP, Paulo Skaf, e do BNDES, Demian Fiocca, durante a conferência "Linhas de Crédito para Micro, Pequenas e Médias Empresas", dirigida a 360 técnicos e empresários.

Skaf explicou que a entidade não concederá financiamento, "mas se tornará um instrumento importante de informação, trabalhando para que as linhas de crédito cheguem aos pequenos negócios". Fiocca ressaltou que a parceria praticamente multiplicou por seis o número de postos de atendimento do banco no estado de São Paulo.

Empreendedorismo municipal

O ambiente é fundamental para o desenvolvimento das MPÉs. Para aprofundar os estudos sobre empreendedorismo municipal e realizar projetos direcionados à elaboração de políticas públicas, representantes do Sebrae-SP e da Fundação Mario Covas assinaram em 23 de outubro um acordo de cooperação técnica.

A entidade tem vasta experiência em pesquisas, difusão e formação de políticas públicas, além da realização do Prêmio Mario Covas, que destaca os gestores municipais em cinco categorias. Pelo acordo, a Fundação também passará a participar da coordenação do Prêmio Prefeito Empreendedor, que terá sua quarta edição em 2007.

De olho no empreendedorismo

No fim de novembro, o Sebrae-SP marcou sua entrada na era da pesquisa, geração e transmissão de informações e dados especializados sobre a cultura empreendedora. No dia 24, foi lançado oficialmente o Observatório do Empreendedor, numa estréia com chave de ouro: a divulgação do estudo "Onde Estão as MPÉs no Brasil", um retrato detalhado das características regionais dos pequenos negócios no país. Encontra-se em fase de finalização a pesquisa "Onde estão as MPÉs em São Paulo". Entre as novidades, o estudo mostra que no estado existem 1,5 milhão de empreendimentos de pequeno porte (anteriormente eram 1,3 milhão), com forte expansão em serviços.

União estratégica

A aliança do Sebrae-SP com grandes empresas para levar seu *know how* em gestão de pequenas empresas para fornecedores e distribuidores chegou até a Coca-Cola Femsa, a maior engarrafadora da marca na América Latina. Após a assinatura de uma carta de compromisso, iniciaram-se as atividades do *Mão na Massa*, programa que vai levar capacitação gerencial a 150 pequenas padarias da

Zona Sul da capital paulista e do ABC – as "top star" da engarrafadora.

A expectativa é obter resultados já no primeiro semestre de 2007. O otimismo baseia-se nos indicadores obtidos em 160 outras panificadoras da Zona Leste paulistana e do ABC em programa similar: a taxa de conformidade em higiene, limpeza de equipamentos e controle de matérias-primas saltou de 30% para 60% em um ano.



Fotos divulgação

O presidente do BNDES, Demian Fiocca, e o presidente da Fiesp, Paulo Skaf: informações sobre crédito para micro e pequenas empresas

Agronegócio integrado

Conhecimento técnico em agricultura e a força do empreendedorismo, com forte presença do trabalho associado: dessa forma, o presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp), Fábio Meirelles, descreveu o Sistema Agroindustrial Integrado (SAI), durante a renovação do módulo metropolitano do programa, em 21 de agosto. Nessa etapa, com duração de 24 meses, serão realizados 4 mil atendimentos, 20 encontros de negócios e cerca de 100 palestras e cursos, além da formação de cinco agroindústrias.

O programa atende 37 municípios da região metropolitana de São Paulo e da Baixada Santista e promove a integração entre o pequeno produtor rural e os responsáveis pela transformação e a comercialização dos produtos agroindustriais, além de aproximá-los de uma rede de pequenos, médios e grandes compradores, do atacado e do varejo.



Cerimônia de renovação do módulo metropolitano do Sistema Agroindustrial Integrado: em quatro anos, 30 mil atendimentos

Em quatro anos, no SAI Metropolitano foram formados 28 grupos e realizados cerca de 30 mil atendimentos a produtores rurais e empresários do setor de alimentação, com reflexo imediato na redução da intermediação entre produtores e varejistas.

Universidade inovadora

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas metade da população economicamente ativa trabalha com carteira assinada. E a tendência é que essa proporção diminua ao longo do tempo. Diante deste cenário, a cada dia ganha mais destaque o papel do empreendedorismo como forma de realização profissional e financeira.

Para levar a visão empreendedora até os estudantes universitários, o Sebrae-SP desenvolveu uma disciplina

A Unesp foi a universidade pioneira no estado de São Paulo



inédita no Brasil – Empreendedorismo – disponível para todas as instituições de ensino superior, públicas e privadas, que quiserem incluir o tema nos currículos de seus cursos de graduação e pós-graduação.



Em 2006 foram capacitados os primeiros especialistas na nova disciplina

Em São Paulo, a pioneira foi a Universidade Estadual Paulista (Unesp). De acordo com o reitor da instituição, Marco Macari, a disciplina vai atingir os 50 mil alunos dos 23 campi da universidade. Neste ano, 62 professores receberam capacitação para atuar como facilitadores; em fevereiro de 2007, serão mais 100 profissionais treinados.



Natal Empreendedor

Em parceria com a Federação Comercial do Estado de São Paulo (Fecomercio-SP) e a Associação Comercial de São Paulo, o Sebrae-SP promoveu o Natal Empreendedor, primeira ação do projeto Inovação no Varejo na região metropolitana de São Paulo. Foram mais de 400 oficinas, totalmente gratuitas, com o objetivo de melhorar a gestão administrativo-financeira e mercadológica na época mais importante do ano para o pequeno varejo.

A região metropolitana de São Paulo – capital,



Fotos divulgação



Oficinas gratuitas prepararam os varejistas para o melhor período de vendas no ano; no detalhe, o site com orientação empresarial

ABC, Guarulhos, Mogi das Cruzes e Osasco – concentra centenas de milhares de micro e pequenas empresas, sendo que 60% estão no comércio varejista. Ali e nas demais regiões do estado,

os comerciantes tiveram orientação empresarial por meio do *hot site* Natal Empreendedor, que ofereceu mais de 100 dicas e artigos sobre os temas referentes ao período, além de víde-

os com as oficinas de vitrinismo, embalagens, atendimento ao cliente, contratação de temporários e inadimplência.

Mais de 8 mil pessoas participaram dos minicursos, e a página na internet registrou cerca de 25 mil acessos.

Estação do Empreendedor

Um labirinto com 12 corredores e mais de 75 figuras que ilustram as dez características dos empresários de sucesso, além da trajetória das empresas paulistas: assim é a exposição que

atraiu cerca de 3 mil pessoas na estação de metrô da praça da República, na capital paulista. Após uma semana, a exposição partiu para a sede da Fecomercio e, ainda em dezembro, chega ao parque Villa Lobos (capital) e a várias cidades do interior paulista.



Exposição itinerante mostra o perfil do empreendedor de sucesso

Desafio Sebrae

No fim de novembro, duas equipes de universitários paulistas conquistaram duas das oito vagas na disputa final do Desafio Sebrae, jogo virtual de administração de empresas. Os integrantes da Paiz di Uestifália (PUC-SP) e da Poisson (USP), vão disputar com o Maranhão, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná e Pernambuco o título de campeão nacional do Desafio, em Brasília, em meados de dezembro. Até o fechamento desta edição, o resultado ainda não havia sido anunciado.



Paiz di Uestifália disputa título nacional



Arnaldo J. Oliveira

Paulo Skaf
*Presidente da
Federação das
Indústrias do Estado
de São Paulo (Fiesp)
e do Conselho
Deliberativo do
Sebrae-SP*


Nas pequenas empresas, um grande passo à prosperidade

O Brasil de amanhã chegou. Depois de quase 1.300 dias de trabalho intenso, participação de lideranças de todos os setores produtivos, 500 mil assinaturas e adesões eletrônicas dos quatro cantos do Brasil e milhares de horas de reuniões, foi aprovada, no Congresso, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Essa expressiva conquista da sociedade brasileira resulta de um movimento que, sem qualquer exagero, inclui-se entre as mais relevantes mobilizações públicas na história da democracia deste país.

A Lei Geral, um avançado dispositivo, garantirá ao segmento um ambiente mais propício à criação e à consolidação desse parque empresarial tão prioritário ao desenvolvimento. Afinal, as micro e pequenas empresas representam 99% do universo produtivo. Contudo, num paradoxo em relação a sua inegável importância socioeconômica, amargam uma das mais altas taxas de mortalidade do planeta: de cada 100 negócios abertos, quase 60 não completam cinco anos de atividade.

Estudos do Sebrae-SP mostram que o lastro da perda é impraticável para a saúde de nossa economia: no período de um ano, somente o estado de São Paulo perde R\$ 16 bilhões com o fechamento dessas firmas e assiste à extinção de postos de trabalho em número equivalente a cinco estádios do Morumbi lotados. Esse é o cenário que queremos alterar, apoiados no tratamento diferenciado finalmente garantido às micro e pequenas empresas.

Estamos diante de oportunidade única e histórica de o país avançar de maneira significativa no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), medido pelas Nações Unidas, em cujo ranking continuamos ocupando desconfortável posição. A Frente Empresarial Paulista de Apoio à Lei Geral continuará mobilizada para que essa legislação esteja plenamente implantada no segundo semestre de 2007.

Estima-se que, em curto prazo, a vigência da nova lei viabilizará a operação legal de 1 milhão de empresas, com a criação de aproximadamente 3 milhões de empregos formais. A exemplo do que ocorreu no ato de criação da Frente Empresarial pela Lei Geral das MPes, na sede da Fiesp, continuaremos mantendo, em sinergia com o Sebrae-SP, o máximo empenho no sentido de que medidas práticas de desoneração fiscal, desburocratização e acesso a crédito sejam efetivamente implantadas, garantindo, enfim, o tratamento diferenciado conferido às pequenas e microempresas pela Constituição Federal. 

O Brasil com a Lei

Três anos e meio de esforço concentrado, união das entidades representativas de todos os setores da economia, mobilização no país inteiro, incontáveis encontros com mais de 6 mil empresários e lideranças, argumentos tecnicamente irrefutáveis para convencer o Congresso – e uma espera paciente: depois de uma longa luta, o segmento das micro e pequenas empresas finalmente viu a luz no fim do túnel. Aprovada na Câmara Federal em 5 de setembro, ratificada pelo Senado em 8 de novembro, e novamente pela Câmara em 22 de novembro, sem nenhum voto contrário, a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas surge como o instrumento capaz de desencadear uma autêntica revolução empresarial no Brasil.

Causou certo transtorno o adiamento da vigência da lei para o dia 1º de julho de 2007, em vez de 1º de janeiro, como previa o projeto original, mas admite-se que é preciso tempo para estabele-

Aprovação no Congresso recompensa o extenso trabalho técnico e político que mobilizou o país e pode mudar definitivamente o ambiente empresarial em que atuam as micro e pequenas empresas

cer um modelo eletrônico seguro para a implantação de um sistema de tributação nacional capaz de repassar aos estados e municípios os tributos recolhidos pelo segmento. Essa é apenas uma das muitas pedras que surgiram no caminho da construção de uma legislação complexa e abrangente, considerada por especialistas “a mais importante revolução tributária já ocorrida no país”.

Por isso, as lideranças da Frente Empresarial pela Lei Geral e do

Sebrae-SP e alguns parlamentares alertam: a mobilização precisa ser mantida, pois ainda há um grande caminho a ser percorrido e mais alguns obstáculos a ser transpostos. Deve-se considerar, além disso, o acompanhamento do trabalho do Comitê Gestor da Lei Geral, responsável pelas necessárias regulamentações.

Como disse o relator do projeto na Câmara Federal, deputado Luiz Carlos Hauly, tudo parece simples agora, mas é preciso atravessar o deserto



Fotos divulgação

Geral

para finalmente chegar ao oásis. A vigência da Lei Geral será de fato o oásis tão procurado pelas micro e pequenas empresas brasileiras, responsáveis por 99% dos negócios formalizados, 20% do PIB e por mais de 60% dos empregos no país. Será, também, a recompensa pelo cuidadoso e árduo trabalho realizado durante uma década e meia, que não tem autores, pois reflete o esforço da verdadeira parceria entre todos os que acreditam no empreendedorismo como solução viável para o avanço social e econômico do país.

Nas páginas seguintes estão uma síntese dos benefícios mais significativos proporcionados pela Lei Geral, o histórico do trabalho desenvolvido para a elaboração técnica da legislação e depoimentos de protagonistas

do movimento que obteve, finalmente, mais justiça para as micro e pequenas empresas.

Integrantes da Frente Empresarial comemoram a aprovação no Senado, na noite de 8 de novembro: o clima de euforia justifica-se pelo desfecho de uma luta de quase quatro anos da Frente Empresarial, mas a mobilização deve continuar até que a Lei Geral efetivamente saia do papel e se torne um "mapa" rumo ao desenvolvimento do país



Um passo decisivo

O que foi dito sobre a aprovação no Congresso

"A Lei Geral representa um concreto incentivo ao imediato crescimento do Brasil."

• Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e do Conselho Deliberativo do Sebrae-SP

"A aprovação da Lei Geral é um fato notável, pois aponta que estamos seguindo pelo caminho do desenvolvimento, única via de evitar graves problemas na economia.

Mostra ainda que os esforços da Frente Empresarial Paulista, com destaque para o Sebrae, serviram para fortalecer as micro e pequenas empresas de todos os segmentos, inclusive o produtor rural."

• Fábio de Salles Meirelles, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

"É um marco novo, importante para um país onde há um ambiente hostil às micro e pequenas empresas"

• Armando Monteiro Neto, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

"Um dos grandes objetivos da Lei Geral é incentivar a formalização e, com isso, possibilitar que as empresas tenham acesso ao mercado, à tecnologia e ao crédito, para que sejam consideradas empresas cidadãs."

• Paulo Okamoto, presidente do Sebrae Nacional

"A Lei Geral representará um avanço para a economia brasileira, uma vez que as medidas propostas implicarão geração de empregos, redução da informalidade e criação de um ambiente mais favorável aos negócios, em especial às microempresas, as mais penalizadas pela carga tributária."

• Abram Szajman, presidente da Federação do Comércio de São Paulo (Fecomercio-SP)

"É um momento de transformação do ambiente externo das micro e pequenas empresas. Finalmente o Brasil ganha uma legislação que estabelece justiça no tratamento dos pequenos negócios."

• Luiz Carlos Barboza, diretor-técnico do Sebrae Nacional

"O país dá, definitivamente, um grande passo rumo ao crescimento econômico e ao futuro, com a aprovação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, uma conquista memorável, que vai impulsionar de forma significativa um segmento-chave da economia nacional!"

• Renan Calheiros, presidente do Senado

Nada será como antes

As principais mudanças que deverão ser introduzidas pela Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas

No país dos grandes desafios, talvez o maior de todos seja a criação de postos de trabalho suficientes para proporcionar à população a renda necessária para uma vida digna. É unânime a percepção de que os negócios de pequeno porte representam a alternativa mais viável para essa questão e, por isso, deveriam contar com tratamento diferenciado. A situação, no entanto, está muito distante dessa lógica, como demonstra estudo do Banco Mundial que situa o Brasil entre os piores ambientes empresariais do mundo. Está em 73º lugar, entre 78 países, em relação ao tempo necessário para abrir uma empresa (152 dias, ante quatro nos Estados

Unidos). Para encerrar um negócio, são necessários até dez anos, ante seis meses no Japão. Na área tributária, os impostos, taxas, encargos e contribuições recolhidos pelas empresas atingem o equivalente a 35% do PIB nacional. As taxas de mortalidade de empresas no Brasil também são altas demais: 29% no primeiro ano de vida e 56% após cinco anos, segundo estudo do Sebrae-SP.

Apesar das condições desfavoráveis, o segmento das MPEs não pára de se desenvolver. Existem no país, segundo o IBGE, cerca de 5,5 milhões de micro e pequenas empresas (99% do total), responsáveis por mais de 40% dos empregos formais.

Apenas no estado de São Paulo funcionam 1,5 milhão de MPEs formalizadas, que ocupam 67% da mão-de-obra registrada. Estudo da London School of Business mostrou que, de cada oito brasileiros, um é empreendedor – uma das taxas mais altas em todo o mundo.

Foi para fazer justiça a esse segmento fundamental para a economia que se lutou tanto para a aprovação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Aprovada no Congresso e com vigência prevista para 1º de julho de 2007, a nova legislação proporcionará mudanças profundas no ambiente empresarial do país. Conheçam as mais importantes da Lei Geral.

Conceito de MPE

Hoje se aplicam diferentes conceitos em estados e municípios. O Simples adota os limites de R\$ 240 mil de receita bruta anual para a microempresa (ME) e de R\$ 2,4 milhões para a empresa de pequeno porte (EPP). A Lei Geral, depois da emenda global substitutiva, amplia o limite de enquadramento das MEs para R\$ 480 mil de faturamento bruto anual e mantém os R\$ 2,4 milhões para as EPPs. Haverá diferenciações para estados e municípios no enquadramento das EPPs, de acordo com a participação no PIB (de R\$ 1,2 milhão a R\$ 2,4 milhões).



Fotos divulgação

Lançamento da Frente Empresarial, em São Paulo, em 12 de março de 2005

Desburocratização

Para abrir uma empresa, hoje, é preciso apresentar mais de 90 documentos para a inscrição em mais de dez órgãos diferentes. A Lei Geral estabelece um registro simplificado com base no CNPJ, que elimina a burocracia. A baixa da inscrição no CNPJ será imediata, mediante requerimento acompanhado do ato de dissolução da empresa. Também será permitida a suspensão temporária das atividades, sem o recolhimento de tributos.

Tributação

Novos segmentos poderão aderir ao Simples Nacional, em condições mais favoráveis. As empresas comerciais recolherão os tributos na forma da tabela base, enquanto as industriais acrescerão 0,5% à alíquota base. O setor de serviços se dividirá em três grupos: empresas que já podem optar atualmente recolherão as novas alíquotas com acréscimo de 50% para gastos previdenciários; outros serviços, como construção civil, escolas livres, operadores autônomos de transporte alternativo e montadoras de estandes para feiras, adotarão uma tabela diferenciada, de 4,5% a 16,85%, sem o INSS sobre folha; e serviços especiais (administração e locação de imóveis, representantes comerciais, informática, vigilância e academias, entre outros), utilizarão uma tabela diferenciada, sem o INSS sobre folha, com variável pelo índice de empregabilidade.



O vice-presidente José Alencar ao receber centenas de milhares de assinaturas de apoio

O novo modelo é mais flexível e menos restritivo. Além disso, a tributação passa a se basear em um sistema progressivo e linear, num modelo de “rampa”, no lugar dos atuais “degraus”. Ou seja, a empresa pode crescer de forma gradual, sem fortes impactos tributários.

Simples Geral

Englobará impostos, contribuições e taxas federais (IRPJ, PIS, Cofins, IPI, CSL e INSS sobre folha), distritais (ICMS e ISS), estaduais (ICMS) e municipais (ISS), recolhidos mensalmente a partir de uma mesma base de cálculo (receita bruta mensal).

Alíquotas menores

Outro item fundamental na proposta da Lei Geral é a desoneração das empresas por meio da redução das alíquotas, que irão de 4% a 11,61%, de acordo com o segmento. Para as MEs, as três primeiras faixas da tabela atual

foram condensadas em uma, até R\$ 120 mil de receita bruta.

Exportações

A Lei Geral elimina a incidência de PIS, Cofins, CSLL, ICMS e IPI na receita gerada por exportações realizadas por MEs e EPPs.

Compras governamentais

As MPes terão preferência nas compras governamentais até o valor de R\$ 80 mil. A Lei Geral também prevê o fornecimento parcial nos casos de concorrência de lotes maiores, transforma o empenho (pelo qual os órgãos públicos pagam os credores) em um título de crédito negociável nos bancos e simplifica a participação em licitações.

Crédito

Para estimular os investimentos e a capitalização das empresas, está prevista a criação do Sistema Nacional de Garantia ao Crédito e de linhas especiais de financiamento, além da possibilidade de utilização dos recursos do Codefat por cooperativas de microempresas.

Inovação tecnológica

Um mínimo de 20% dos recursos da área de tecnologia disponíveis em todos os órgãos e entidades públicas federais, estaduais e municipais deverão ser destinados ao incentivo à inovação das MPes.

Parcelamento de débitos

As MPes poderão refinanceiramente os débitos tributários em até 120 meses.

Construção coletiva

Da reunião em Brasília durante o Carnaval até a aprovação no Congresso, a trajetória de um trabalho vitorioso

Nos primeiros dias de março de 2003, em pleno Carnaval, um pequeno grupo reuniu-se em Brasília, no prédio do Sebrae Nacional. Eram menos de 30 pessoas, vindas de diferentes pontos do país para uma missão que então parecia utópica: dar forma a um movimento nacional capaz de influenciar dramaticamente o universo das micro e pequenas empresas e, em consequência, a própria economia do país. Estavam presentes representantes do Sebrae e de entidades empresariais e especialistas em tributação e legislação. Na Quarta-Feira de Cinzas, estava delineado o movimento que, sete meses depois, seria tema de discussões por todo o Brasil e criaria as bases para a elaboração da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

“A partir dos seminários realizados em outubro de 2003, durante a Semana da Micro e Pequena Empresa, quando houve a



Fotos divulgação

Lideranças da Frente Empresarial chegam ao Congresso com abaixo-assinados de empreendedores

primeira grande mobilização, o movimento evoluiu como uma bola de neve”, relembra Silvério Crestana, gerente de Políticas Públicas do Sebrae-SP, um dos participantes da reunião no Carnaval, como representante paulista, ao lado do diretor-superintendente da entidade, José Luiz Ricca. Coordenados pelo Sebrae e fortalecidos por parcerias de peso, os seminários aconteceram em todos os estados brasileiros e atraíram mais de 6 mil líderes empresariais, especialistas de universidades, consultores e representantes de órgãos de governo – gente que

entende o dia-a-dia da pequena empresa e que assumiu a tarefa de colher e apresentar subsídios para a elaboração de um projeto amplo, que concentrasse em um só documento todas as reivindicações do segmento.

Em São Paulo, o seminário foi estruturado de modo a reunir as forças políticas e empresariais do estado. Criaram-se dez grupos de trabalho, cada um com a responsabilidade de discutir um tema específico, a começar pela padronização do conceito de micro e pequena empresa.

Seminários – “Começamos então a analisar as sugestões e as iniciativas isoladas nos municípios e nos estados, assim como as experiências internacionais sobre políticas públicas que poderiam melhorar a vida das pequenas empresas”, conta

A meta era ambiciosa: dar forma a um movimento capaz de mobilizar o país em nome dos interesses da pequena empresa

Crestana. Desde o início, ficou claro que havia duas prioridades: simplificar o processo de abertura e funcionamento das empresas e reduzir a carga tributária: “Nas três esferas de governo existem cerca de 80 exigências que a pequena empresa precisa cumprir. É evidente que o empreendedor não conta com departamentos jurídico ou de contabilidade para dar conta de tanta exigência. Se houvesse um cadastro único, não seria preciso ter tantos documentos”.

Quanto ao segundo aspecto, apurou-se que, na média do país, 37% do preço final de um produto ou serviço se destinava a pagar impostos.

É, evidentemente, uma situação insustentável, que justificava as altas taxas de mortalidade dos negócios de pequeno porte e exige um tratamento diferenciado, como ocorre em quase todo o mundo. A solução envolve, então, duas palavras-chave: simplificação e desoneração.

Os seminários de outubro de 2003 resultaram na consolidação de todas as sugestões que comporiam o anteprojeto. No fim de 2004, a proposta estava pronta e sugeriu-se que fosse criada a Frente Empresarial de Apoio à Lei Geral, com coordenações nacional e estaduais. Em São Paulo, a Frente coordenada pelo presidente da Federação das Indústrias (Fiesp), Paulo Skaf, envolveu as Federações do Comércio, da Agricultura e das Associações Comerciais, ao lado de várias outras entidades, com o apoio integral do Sebrae-SP.

Desde o início, havia duas prioridades: simplificar o processo de abertura e funcionamento das empresas e reduzir impostos

A Frente Empresarial Paulista foi lançada oficialmente em São Paulo em 25 de julho de 2005, na sede do Sebrae-SP, com a tarefa de ampliar o alcance do movimento e validar a proposta da Lei Geral. Em pouco tempo, colheram-se no estado cerca de 125 mil assinaturas de apoio, entre as quais as de todos os 94 deputados estaduais, fato inédito na história da Assembléia.

Encontros regionais – Antes disso, a Frente Empresarial Paulista promoveu encontros em todas as regiões do estado, mobilizando mais de 10 mil empreendedores e lideranças. Grandes reuniões aconteceram nas cidades que re-

presentam pólos regionais: Campinas, Ribeirão Preto, Presidente Prudente, São José dos Campos, Bauru, Sorocaba, Santos e São José do Rio Preto.

A mobilização se completava, chegando a hora de concentrar-se em Brasília, especialmente na Câmara, onde o anteprojeto tramitava lentamente. O presidente da Casa, Aldo Rebelo, logo encaminhou a proposta para uma comissão presidida pelo deputado Carlos Melles e tendo como relator o deputado Luiz Carlos Hauly. A partir daí, a discussão se tornou mais política, e o impasse era a perda fiscal que ocorreria no primeiro exercício em que a Lei Geral vigorasse.

O desafio era demonstrar que, mesmo com renúncia fiscal, estimada nos números frios da Receita Federal em R\$ 15 bilhões ao ano, haveria rapidamente uma compensação, depois da formalização de milhões de empresas. “Em síntese, a Lei Geral é uma revolução porque, mais do que os benefícios envolvidos na simplificação burocrática, na inclusão de novos setores e nos tributos favorecidos, ela está trazendo outras vantagens concretas para o segmento. Acho que foi uma tremenda conquista no curto prazo e uma esplêndida vitória no longo prazo”, resume Sivério Crestana.



Sivério Crestana: mobilização das entidades foi o fator decisivo no trabalho que culminou com a aprovação da Lei no Congresso

“Atravessamos o deserto”

Relator do projeto na Câmara afirma que raras vezes se viu mobilização tão intensa no país, e alerta: a luta agora é pela reforma tributária

No início do ano, quando era mais intensa a resistência do Ministério da Fazenda, da Receita Federal e de alguns estados e municípios à renúncia fiscal que ocorreria no período inicial de implantação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, o relator do projeto na Câmara Federal, deputado Luiz Carlos Haully, fez um desafio ousado a seus “adversários”. Apostou com técnicos da Receita que, um ano depois de sua promulgação, a nova legislação proporcionaria ganhos tributários suficientes para cobrir o total da renúncia, então estimada em R\$ 15 bilhões.

A aposta, tendo ou não convencido os técnicos, dá a medida do envolvimento de Haully, um paranaense de Cambé, norte do estado, com a Lei Geral e a convicção dos imensos lucros que trará ao país. Hoje, o deputado afirma que não havia risco verdadeiro em sua aposta e calcula que a Lei Geral induzirá à formalização de cerca de 10 milhões de empreendimentos, que, com seu efeito multiplicador, poderão beneficiar cerca de 70



Luiz Carlos Haully: “A Lei é o resultado de esforços em todo o país e de uma incrível mobilização”

milhões de trabalhadores, direta e indiretamente.

Haully, reeleito em outubro para cumprir o quinto mandato consecutivo na Câmara Federal, realizou um trabalho muito elogiado como relator do projeto. Em novembro de 2005, ele já havia conseguido aprovar na Comissão Especial da Câmara um texto que reunia 17 projetos de lei em tramitação, todos relacionados a

micro e pequenas empresas, abrindo espaço para a discussão da Lei Geral. O texto aprovado pelo plenário em 5 de setembro de 2006 (PLP 123/04) era quase a íntegra do relatório de Haully.

Aos 56 anos, formado em Economia e Educação Física, Luiz Carlos Haully ingressou na política em 1972, como vereador em Cambé. Em 1991, obteve seu primeiro mandato como deputado federal. Haully elogia a mobilização das entidades, mas lembra que ainda há muito a fazer. “Precisamos atravessar o deserto para chegar ao oásis”, diz nesta entrevista.

• **Conexão – Quais foram as propostas da Lei Geral que enfrentaram mais resistência?**

LUIZ CARLOS HAULY – Primeiramente, tivemos uma briga muito grande para elevar o teto de R\$ 1,2 milhão para R\$ 2,4 milhões, o que acabamos conquistando na medida provisória aprovada em dezembro de 2005. Em segundo lugar, negociamos de uma forma bastante dura a inclusão dos prestadores de serviços. A lista, com mais de 20 categorias, foi negociada ponto a ponto, inclusão por inclusão. Depois houve uma negociação maior ainda, muito mais dura, para a redução das alíquotas.

“Essa lei será o grande instrumento da reforma tributária brasileira”

- **Devido à renúncia fiscal?**

LCH – Sim, pois no primeiro momento, estavam as três unidades da Federação contra a gente: governo federal, estados e municípios. Aí eu consegui fazer uma manobra e concentrei todo o potencial de renúncia fiscal na Receita Federal. Então, tirei totalmente as perdas dos municípios, dos estados e do INSS. Dessa maneira, eles se enfraqueceram, pois já não estavam todos unidos contra o projeto. Provamos que havia espaço para uma redução até maior das alíquotas. Começamos com uma renúncia de R\$ 15 bilhões e terminamos na faixa de R\$ 5 bilhões a R\$ 6 bilhões. Mas essa renúncia será recuperada. Fiz uma aposta com o pessoal da Receita Federal, sustentando que no fim do primeiro ano de implantação a Lei Geral já terá coberto toda a renúncia.

- **Esse adicional se dará principalmente pela redução da informalidade?**

LCH – Exatamente. A Lei Geral vai proporcionar no médio e no longo prazo a inclusão de cerca de 10 milhões de empresas informais e de 13 milhões de trabalhadores que hoje atuam nessas empresas sem carteira assinada. É um dos maiores avanços no caminho de uma reforma tributária que assegure um ambiente favorável para o segmento.

“Precisamos permanecer mobilizados e, a partir da aprovação da lei, já pensar em conquistar uma estrutura de simplificação radical do atual sistema tributário”

- **Além dessas conquistas, o que é mais importante na Lei?**

LCH – A simplificação. A desburocratização dos procedimentos de abertura e fechamento de uma empresa representa um ganho muito grande, que a gente ainda não está mensurando. Em segundo lugar, a redução da carga tributária. No geral, haverá redução para todas as faixas. Além disso, acredito que haverá um estímulo muito grande à formalização e à abertura de outras empresas, assim como uma redução da taxa de mortalidade.

- **O sr. se sente gratificado com o trabalho realizado como relator do projeto de lei?**

LCH – Foi gratificante ver que a Lei Geral consolida todas as conquistas de mais de 15 anos de luta da microempresa no Congresso Nacional. Será o grande instrumento da reforma tributária brasileira. Fica provado que, a partir dessa legislação, nós poderemos adotar uma estrutura simplificada para tributar o país, como a que existe nos Estados Unidos e na União Européia. É

tudo uma questão de conceito, pois a lógica não muda.

- **O que o senhor achou da mobilização das entidades?**

LCH – Nas situações difíceis, precisamos primeiramente atravessar o deserto para enfim chegar ao oásis. Agora podem dizer: “Ah, mas era tão simples assim, tão óbvio?” É simples, sim, mas só se vê isso depois que se consegue chegar ao ponto desejado. Por isso é que todos nós precisamos permanecer mobilizados e, a partir da aprovação da lei, já pensar em conquistar uma estrutura de simplificação radical do atual sistema tributário. O trabalho das entidades deve prosseguir também nas regulamentações necessárias para a vigência da lei.

- **Qual é a sua avaliação final dos efeitos da lei?**

LCH – Trata-se de uma legislação moderna, de real estímulo à pequena empresa, que consolida o trabalho de muita gente, especialmente o do Sebrae. É o resultado de um somatório de esforços em todo o país, com destaque para a incrível mobilização das entidades, que ajudou a aprovar o projeto. Raras vezes vimos uma convergência tão grande neste país. Todos se envolveram profundamente.

“A Lei Geral consolida todas as conquistas de mais de 15 anos de luta da microempresa no Congresso Nacional”

Revolução para a maioria

Diretor-superintendente do Sebrae-SP afirma que a Lei Geral cria o ambiente e a cultura indispensáveis para a reforma tributária

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas é a mais importante “revolução tributária” já ocorrida no país, com enorme repercussão social e capaz, pela primeira vez na história, de implantar uma legislação verdadeiramente voltada para a maioria dos empreendedores brasileiros. É dessa forma que José Luiz

Ricca, diretor-superintendente do Sebrae-SP, comenta a aprovação pelo Congresso do Projeto de Lei Complementar 100/06.

Segundo Ricca, a Lei Geral, acima de tudo, cria um ambiente adequado para a discussão da reforma tributária. O adiamento da vigência da lei para 1º de julho de 2007 foi avaliado dessa forma: “O problema não foi o adiamento em si, mas a demora na aprovação do projeto na Câmara Federal, que deveria ter ocorrido ainda no primeiro semestre deste ano, a fim de que tivéssemos o segundo semestre inteiro para as devidas adequações”, afirma Ricca.

O diretor afirma que o país mudará depois da Lei Geral e se tornará mais justo e mais favorável ao espírito empreendedor,



Informalidade: 2,6 milhões de empreendedores devem ser incorporados ao sistema

visão de processos operacionais automatizados, que devem levar menos de seis meses para essa organização. Continuaremos trabalhando, ao lado da Frente Empresarial, para garantir o essencial, que é a implantação da lei em toda a sua amplitude.”

a força-motriz da economia. A seguir, uma síntese da entrevista que Ricca concedeu dois dias depois da aprovação unânime da Lei Geral no Congresso.

• Efeito em cadeia

“A Lei Geral é um passo decisivo no caminho da reforma tributária. Mais do que isso, é a preparação do ambiente que favorece a reforma tributária. Trata-se de um avanço que representa uma revolução burocrática, capaz de unificar cadastros, unificar e racionalizar os tributos e mexer na estrutura da cobrança de impostos. Sobretudo, está sendo feita uma coisa inusitada, que é a divisão dos tributos nos níveis federal, estadual e municipal, resultado de uma enorme negociação que agora se reflete numa

• Destaques da Lei Geral

“Fundamentalmente, os grandes benefícios são a desburocratização, a nova metodologia tributária e a inovação tecnológica, que se desmistifica e chega para a pequena empresa. O mais importante de tudo, contudo, é a mudança da mentalidade legislativa do país com relação à pequena empresa. Pela primeira vez o Brasil está fazendo uma legislação voltada para a maioria, já que 99% das empresas nacionais são micro e pequenas, e pela primeira vez temos uma legislação dirigida a essa maioria que sustenta a economia.”

• Mobilização

“Precisamos manter a mobilização, que é vital, primeiramente porque não podemos permitir

que haja novos adiamentos. Além disso, todo o esforço de regulamentação, por meio do Comitê Gestor da Lei Geral, envolve colaboração e articulação, para que catalisemos a sociedade no trabalho de monitoramento e de regulamentação.”

• A nova agenda

“Precisamos continuar atentos para superar o enorme desafio de permitir que os informais cheguem à formalidade e o Sebrae aumente sua base de ação. Hoje, aqui em São Paulo, trabalhamos com 1,3 milhão de empreendedores formais, e vamos passar a trabalhar de uma maneira muito mais efetiva com os 2,6 milhões que estavam à margem do processo. Com a Lei Geral, esses empreendedores virão para a formalidade, e é por isso que eu acredito que todo o temor tributário de perda de arrecadação será superado em curtíssimo prazo, graças à adesão de todo esse pessoal.”

• O adiamento

“Foi lamentável, porque na realidade tínhamos a expectativa de que a lei entrasse em vigor o mais rapidamente possível. Mas o mais lamentável não é o adiamento, e sim a demora na votação da Lei Geral, que postergou a implantação para o segundo semestre de 2007. O adiamento da vigência foi apenas um dos muitos obstáculos

que fomos vencendo no caminho, um obstáculo inesperado, que também terá de ser superado para a implantação definitiva dessa enorme transformação que está sendo feita no país.

Mas isso não vai tirar o brilho da aprovação no Senado. Esse é o ponto fundamental. Foi uma aprovação unânime, que demonstrou o acerto do esforço despendido nos últimos três anos e deixou claro que se trata de uma lei amplamente discutida, construída coletivamente, de forma consensual, que enfim leva o segmento ao ponto que tinha de chegar.”

• Argumentação da Receita Federal para o adiamento

“Precisamos ter cuidado para analisar essa questão. Quem compara o projeto inicial com a lei aprovada verifica que o adiamento não é o mais grave. O problema é tudo o que já foi negociado para poder viabilizar a lei. Mas o mais importante disso é que houve a aprovação e, agora, temos uma legislação que vai evoluir de forma determinante. Afinal, está ocorrendo uma verdadeira revolução e, pela primeira vez, estamos mexendo em estruturas tributárias.”



Ricca: “Legislação para a maioria das empresas”

Divulgação

Por Ricardo Marques da Silva
Colaboraram: Eliane Santos e Fabiana Iñarra

Políticas exemplares

Como nações derrotadas, Alemanha e Itália chegaram ao fim da Segunda Guerra Mundial com a economia em frangalhos. Hoje, encontram-se entre os países mais desenvolvidos da Europa, graças a modelos econômicos inteligentes e bem-sucedidos.

O caso da Itália é particularmente interessante no que diz respeito ao empreendedorismo. Criou-se uma política de desenvolvimento regional que procurava valorizar os produtos locais, como queijos, embutidos e vinhos com referência DOC, de origem controlada, produzidos por pequenos fabricantes reunidos em cooperativas ou consórcios – caso do presunto de Parma, do queijo *parmeggiano reggiano*, do vinho Barolo ou do vinagre balsâmico de Modena. Posteriormente, os mecanismos de apoio aos negócios de pequeno porte foram aperfeiçoados por meio de legislação diferenciada e facilidade de acesso ao crédito e à tecnologia. Hoje, as micro e pequenas empresas representam na Itália 99,5% dos negócios formalizados, 69,8% dos empregos e 55,9% do PIB, segundo dados do Observatory of European SMEs

Nos Estados Unidos, o principal mecanismo de apoio às MPEs são as cotas asseguradas nas compras públicas, de cerca de 30%. Aplicado no Brasil, esse percentual resultaria em um mercado adicional de, aproximadamente, R\$ 42 bilhões a cada ano.

Aposta no futuro

Eles estão crescendo rapidamente e representam uma das mais importantes ferramentas de acesso ao pequeno empreendedor, reconhecidos pelos parceiros como instrumentos de desenvolvimento local. São os Postos Sebrae de Atendimento ao Empreendedor (PAEs), criados pelo Sebrae-SP com o objetivo de chegar ao empresário onde ele estiver e estimular o empreendedorismo como alternativa estratégica de geração de trabalho e renda nos municípios.

Por meio dos PAEs, a entidade pretende, em pouco tempo, beneficiar mais de 4,5 milhões de empreendedores.

Sebrae-SP vai fechar o ano com 110 Postos de Atendimento ao Empreendedor instalados no estado

Tudo começou em 2003, com um posto, em Assis, e no ano seguinte foram inaugurados outros 16. No ano passado, surgiram 19 novas unidades, e até novembro deste ano o Sebrae-SP e seus parceiros já haviam aberto mais 54 PAEs. Na conta final, são 90 municípios atendidos no interior do estado e na Baixada

Santista, além da capital, que realizam cerca de 8 mil atendimento mensais. Até o final deste ano, a rede deve totalizar 110 postos.

“Os postos representam um novo e dinâmico modelo de atuação do Sebrae-SP. Queremos criar uma rede cada vez mais ampla para estimular o empreendedorismo. Para isso, as parcerias são fundamentais”, afirma Paulo Tebaldi, gerente da área de Expansão da Rede do Sebrae-SP, responsável pela articulação e pela infra-estrutura dos postos.

A experiência tem sido tão positiva que gestores de unidades do Sebrae em Minas Gerais,



Atendimento no PAE de Itaquera, na capital: onde o empreendedor está

Rafael Hupse/Luz

Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Brasília vieram a São Paulo para conhecer o trabalho.

Os PAEs têm características especiais, entre as quais a constituição. São formados a partir da união de no mínimo três parceiros, como prefeituras, associações comerciais, entidades de classe e sindicatos, que cedem o espaço físico e a infra-estrutura e se responsabilizam pela contratação de funcionários. O Sebrae-SP oferece treinamento e disponibiliza seus produtos e serviços. Fatores como número de micro e pequenas empresas na região, distância dos escritórios do Sebrae-SP e pelo menos três parceiros são fundamentais para a implantação de um PAE.

Ações em parceria – Para José Carlos Hori, prefeito de Jaboticabal, 344 km a noroeste de São Paulo, mais do que “realizadores de sonhos”, os PAEs disseminam uma maneira diferente de realizar ações em prol do desenvolvimento dos municípios. “O Sebrae nos mostra não só a importância do empreendedorismo, mas sobretudo nos faz acreditar nos efeitos multiplicadores das ações em parceria. O nosso posto é um exemplo disso”, afirma.

O prefeito Sérgio de Mello, de Guaíra, na região de Barretos, está incluindo em seu programa de governo ações de estímulo ao empreendedorismo. “Traçamos várias ações voltadas para o desenvolvimento da nossa cidade, e o PAE é o lugar em que vamos unir todas elas”.



Paulo Tebaldi:
“Os postos representam
um novo modelo de
atuação do Sebrae-SP”

Marcos Fernandes/Luz

Geraldo Cruz, prefeito de Embu das Artes, na Grande São Paulo, diz que o posto está trazendo um novo estímulo para a cidade: “O objetivo do PAE é estender o atendimento a um número maior de empresários e formar parcerias com grandes empresas, a fim de gerar benefícios para futuros investimentos”.

Os empresários também comemoram. Uma das beneficiadas pelo PAE de Paraguaçu Paulista, na região de Marília, é Fabiana Maria da Silva, proprietária da lanchonete Café & Cia, que participou do programa Sabor & Qualidade e do curso Qualidade Máxima no Atendimento. “Aprendi a me relacionar com os clientes e a lidar com o estoque”, explica.

Para Silvia Bertoldi, dona da Silvia Calçados, de Assis, além dos cursos de que participa e nos quais inscreve seus funcionários, o PAE é um local para encontrar informações e tirar dúvidas: “Sem o posto, teria que me locomover até Marília”.

Experiência pioneira – O primeiro PAE, instalado em Assis, em novembro de 2003, cresceu depressa. Em 2004, mais de 1.900 empreendedores foram atendidos na cidade. Eles estiveram presentes em palestras gerenciais, oficinas tecnológicas

A idéia é criar uma rede cada vez mais ampla, como opção para as pessoas que sonham em abrir um negócio próprio

e cursos de empreendedorismo e liderança; receberam informações sobre abertura de empresa e plano de negócios e assistiram à implantação do Projeto Boa Comida, na área de alimentação.

Em 2005, o PAE realizou cerca de 2.100 atendimentos, organizou missões e núcleos empresariais e cursos de gestão.

Na página 35, encontra-se a relação dos PAEs no estado.

Por Beth Matias
Colaborou: Fabiana Iñarra

É festa no interior

São Paulo, um dos maiores emissores de turistas do país, também quer se transformar no maior receptor de brasileiros e estrangeiros. A idéia é expandir o setor com argumentos que vão além das atrações convencionais. “O turismo está saindo do plano contemplativo para a experimentação. É uma tendência consolidada na Europa e nos Estados Unidos”, afirma o coordenador de Turismo da Unidade de Desenvolvimento Territorial do Sebrae-SP, José Bento Desie.

Agora, São Paulo está descobrindo esse turismo de experiência também no interior. Trabalhando desde 2001 com o Programa Regional de Turismo

Projetos integrados inovam e oferecem aos turistas sugestões de experiências em gastronomia, história e usos e costumes do estado de São Paulo

Receptivo (PDTR), o Sebrae-SP, como parte do plano estratégico de desenvolvimento regional e territorial, decidiu no ano passado transformar as ações municipais em projetos territoriais, reunindo em pacotes bem organizados os atrativos de cada região do estado.

Eixos de atração – Definiram-se sete eixos de vocação turística no estado: Litoral, Serra do Mar, Serra da Mantiqueira e eixo dos Quatro Rios – Tietê, Grande, Paraná e Paranapanema. Com o cruzamento dessas vertentes, surgiram 17 projetos que estão sendo elaborados estrategicamente como destinos turísticos (veja quadro abaixo).

O objetivo do programa, segundo Desie, é explorar o potencial econômico das regiões, criar pólos geradores de emprego e renda e atrair mais turistas. Todos os projetos seguem uma metodologia de resultados passíveis de controle e mensuração. “Quando um território não con-

O novo mapa do turismo no estado de São Paulo



1 Circuito Sertanejo

Barretos, Colômbia, Guaíra, Guaraci e Içém

2 Circuito dos Lagos

Igarapava, Miguelópolis, Aramina, Buritizal, Pedregulho e Rifaina

3 Circuito Café-com-Leite

Águas de Prata, Cajuru, São João da Boa Vista, São José do Rio Pardo e Tambaú

4 Circuito das Águas

Águas de Lindóia, Amparo, Jaguariúna, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Serra Negra e Socorro

5 Circuito das Flores

Artur Nogueira, Campinas, Conchal, Holambra, Jaguariúna, Mogi Mirim e Santo Antônio de Posse

6 Circuito Mantiqueira

Campos do Jordão, Monteiro Lobato, Pindamonhangaba, Piquete, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí e São Francisco Xavier

Circuito dos Fortes: na Baixada Santista, um dos roteiros já em operação oferece uma verdadeira aula de história do Brasil

segue se situar como roteiro ou projeto, o Sebrae-SP estimula a discussão com os parceiros e oferece parâmetros e conceitos”, explica Desie.

Dos 17 projetos identificados no programa, dois devem estar concluídos até o fim de dezembro: Ilha do Bororé, na capital, e o Circuito do Vale Histórico, onde ficam fazendas do primeiro ciclo do café e cidades com construções coloniais.

O Circuito da Fé deverá estar finalizado em maio de 2007, quando o papa Bento 16 visitará Aparecida do Norte. O roteiro congrega, além de Aparecida, as cidades de Cachoeira Paulista (que abriga a Igreja Canção Nova,




Luiz Prado/Luz

que recebe 2 milhões de romeiros por ano) e Guaratinguetá (onde nasceu frei Galvão). Até 2008, os 17 projetos iniciais deverão estar totalmente formatados, mas novos circuitos já estão sendo planejados em outras regiões do estado. “Esses projetos sempre se modificam, porque as atividades não são estáticas. Nosso objetivo é que eles se inte-

grem, cresçam em abrangência e busquem alternativas”, esclarece José Bento Desie.

A pleno vapor – Dois roteiros já estão disponíveis nas agências de turismo. O primeiro, resultado da parceria entre o Sebrae-SP, a São Paulo Turismo e o Grupo de Desenvolvimento do Turismo Receptivo das Escolas de Samba da Zona Norte, é o Samba Sampa, que leva os visitantes às quadras das escolas durante todo o ano, não somente no Carnaval. No circuito, há três eventos totalmente formatados: Show de Carnaval (contratação das escolas para apresentação em eventos), Caia na Folia (visita às quadras em dias de ensaio) e Escolha o Samba-Enredo (visita às quadras em dias de seleção do tema no desfile).

Outro roteiro pronto e comercializado é o Circuito dos Fortes, na Baixada Santista, uma aula de história e de usos e costumes que datam da época das capitânicas hereditárias. O roteiro mostra a história dos fortes e fortalezas construídos a partir do século 16 para proteger o litoral dos invasores. Oito agências de viagens já estão operando o roteiro, e 120 guias de turismo foram capacitados para atender às demandas dos visitantes. Cerca de 60 hotéis, restaurantes e empresas de transporte terrestre e náutico já estão preparados para receber os turistas que visitarem o Circuito dos Fortes. 

7 Circuito Vale Histórico

Arapeí, Areias, Bananal, Cunha, Lavrinhas, Queluz, São José do Barreiro e Silveiras

8 Circuito da Fé

Aparecida, Cachoeira Paulista e Guaratinguetá

9 Caminhos de Anchieta

Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos, São Vicente, São Bernardo e São Paulo

10 Ilha do Bororé

Capital

11 Novo Circuito das Águas

Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, Jujutiba, São Lourenço da Serra, Vargem Grande Paulista, Ibiúna, Piedade, São Roque, Juquiá, Miracatu e Registro

12 Rota dos Tropeiros

Alambari, Angatuba, Araçoiaba da Serra, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Capela do Alto, Iperó,

Itaberá, Itaí, Itapetininga, Itapeva, Itararé, Laranjal Paulista, Paranapanema, Piedade, Ribeirão Grande, São Miguel Arcanjo, Sarapuá, Sorocaba e Taquarivá

13 Represa Chavantes

Chavantes, Fartura, Ipauçu, Ourinhos, Salto Grande e Timburi

14 Roteiro Marília-Tupã

Arco Íris, Garça, Herculândia, Lupércio, Marília, Oriente, Pompéia e Tupã

15 Roteiro Marília-Assis

Assis, Florínea, Lutécia, Maracá, Oscar Bressane, Paraguaçu Paulista, Pedrinhas Paulista, Quatã e Tarumã

16 Território Presidente Prudente

Iepê, Lucélia, Osvaldo Cruz, Presidente Prudente, Rancharia e Santo Expedito

17 Roteiro Rio Paraná

Rosana, Panorama, Paulicéia, Presidente Epitácio e Teodoro Sampaio

Por Beth Matias
Colaborou: Beatriz Vieira

Doce efeito multipli



Fotos Marcos Fernandes/Luz

Alunos do primeiro curso de formação de apicultores da Apivale, em Cajati

Apicultores do Vale do Ribeira mostram o que se pode conseguir por meio do associativismo e das parcerias



O Vale do Ribeira é um exemplo típico dos contrastes brasileiros: rico em beleza natural e potencial de expansão, mas pobre em indicadores sociais, desenvolvimento econômico e oportunidades de emprego. O diferencial mais significativo da região, no sul do estado de São Paulo e no leste do Paraná, é a reserva de Mata Atlântica, uma das seis áreas brasileiras identificadas como Patrimônio Natural da Humanidade pela Unesco. Localiza-se no Vale

cerca de 21% da Mata Atlântica remanescente em todo o país, a maioria protegida por parques e reservas, o que limita a pecuária e a exploração agrícola e industrial em grande escala e exige soluções criativas na busca de alternativas para a população.

Esta é a questão: como conciliar a preservação da natureza com a exploração de uma área com características tão especiais? Uma das respostas está sendo encontrada por um grupo de apicultores do Baixo Vale

do Ribeira, que compreende os municípios paulistas de Registro, Juquiá, Pariquera-Açu, Jacupiranga, Cajati, São Lourenço, Jujutiba, Itariri, Pedro de Toledo, Miracatu, Tapiraí, Sete Barras, Iguape, Ilha Comprida, Cananéia, Eldorado e Barra do Turvo. Reunidos na Associação dos Apicultores do Vale do Ribeira (Apivale), eles provam que é possível tornar-se economicamente sustentável recorrendo ao que a região tem de melhor, em perfeita harmonia.

cador

Para isso, contudo, foi preciso que descobrissem os benefícios do associativismo, das parcerias e do trabalho em grupo. Até quatro anos atrás, a maioria dos poucos apicultores da região mantinha colméias para consumo próprio. Hoje, a situação mudou da água para o vinho – ou para o mel. Criada em junho de 2002, a Apivale formou-se em Juquiá, em torno de um grupo de apenas sete apicultores, que em 2005 já crescera para 84 e hoje compõe-se de 298 associados – 42 vezes o número inicial.

Esse extraordinário efeito multiplicador se repete na produção. Edemir Nardino, gaúcho de Soledade, 56 anos, extraiu 500 quilos de mel em 2003 e pretende produzir 5 toneladas neste ano. “Hoje eu viveria só do mel”, ele afirma, ao lado de sua mulher, Antônia. Os dois cuidam sozinhos das 104 caixas de abelhas que se espalham pelo

sítio de 174 hectares em Juquiá e creditam o crescimento da produção à Apivale. “Participamos de cursos e passamos a tratar profissionalmente a apicultura”, conta Nardino, enquanto mostra os vidros com os rótulos amarelos “Mel do Vale”.

Colméia de parceiros – O rótulo, apesar de sua simplicidade, é uma das grandes conquistas da Apivale, atingida por meio de uma rica rede de parcerias

Em apenas três anos, Antônia e Edemir (abaixo) multiplicaram por dez a produção do mel das abelhas europa africanizadas que mantêm no sítio em Juquiá (à direita)



que envolve as prefeituras dos municípios da região, Casas de Agricultura, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social, Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local e o Sebrae-SP. “Nosso objetivo inicial era obter a certificação como mel de qualidade e o registro nos órgãos oficiais”, explica Maria Luiza França Alvarenga, presidente da Apivale.

Ex-gerente financeira de uma consultoria, formada em Administração e pós-graduada em Análise de Sistemas, Maria Luiza utilizou

essa experiência para organizar a entidade. Ela afirma que 2007 será o ano da redenção dos apicultores do Ribeira. Entre as metas, está prevista a inauguração em Juquiá de um entreposto “sifado”, ou seja, registrado no Serviço de Inspeção Federal (SIF), condição básica para a comercialização. Também estão planejadas a criação da Escola Técnica de Apicultura em Iguape, a instalação de Casas do Mel em municípios da região e a realização de cursos de formação de novos apicultores.



AGRONEGÓCIOS

Em novembro, a Apivale promoveu o primeiro curso, para 30 pessoas, em Cajati, no apiário de Helielton Moreira de Oliveira. “Quase todos se tornaram apicultores e se associarão à Apivale”, prevê Maria Luiza. As aulas foram dadas por Lembito Kiwi, um filho de estoniano que, sem querer, está se transformando em instrutor de apicultura. Sócio-fundador da Apivale (ostenta a inscrição número 3), Kiwi afirma: “Quero crescer ao lado desse pessoal”.

Novos apicultores – No último dia do curso, os alunos ainda aprendiam a manipular os itens que compõem o kit que receberam da Apivale: traje completo de proteção, acessórios e, como “matéria-prima”, um ninho de abelhas que passa a ser responsabilidade de cada um deles.

Para o Escritório Regional (ER) do Sebrae-SP em Registro, cada nova turma que se organiza representa a ampliação do tra-



Maria Luiza: a “abelha-rainha” da Apivale afirma que 2007 será o “ano da redenção” da entidade

balho de apoio à Apivale, como explica o analista Roberto Nunes Pupo, gestor da área de agronegócio: “Entramos há três anos na cadeia produtiva do mel, como parte do Sistema Agroindustrial Integrado (SAI), com o objetivo de oferecer cursos básicos de associativismo e organizar missões em feiras e seminários”.

Segundo Pupo, uma das propostas do Sebrae-SP era apoiar o trabalho de certificação do mel produzido no Vale, para que a atividade se tornasse uma alternativa economicamente viável e compatível com a vocação



Roberto Nunes Pupo: próximo objetivo é apoiar a criação de canais de comercialização

natural da região, ao lado da agricultura orgânica. Para isso, o Sebrae-SP procurou adaptar a produção local aos parâmetros da certificadora Organização Internacional Agropecuária (OIA). Foram dois anos de ajustes, até que se obteve a certificação “mel de qualidade” que hoje aparece nos rótulos do produto.

O passo seguinte será a criação de canais de comercialização, como explica Pupo: “Por enquanto, a venda do mel do Vale ainda é limitada, mas, com o crescente aumento da produção, será necessário criar alternativas. Por isso, continuaremos ao lado da Apivale”. ◆



Kiwi (à frente) aprendeu sozinho e, agora, é professor no apiário de Helielton (penúltimo à direita)

Por Ricardo Marques da Silva
Colaborou: Ali Hassan

Ibitinga investiu na qualidade e recuperou o título que a tornou conhecida no país

A capital do bordado

Fotos: Luiz Prado/Luz

No fim dos anos 80 e início dos 90, a cidade de Ibitinga, a 360 km de São Paulo, tornou-se conhecida como a capital do bordado. Chegava a receber a cada fim de semana 300 ônibus de “sacoleiras” em busca de produtos baratos. O preço, de fato, ficava cada vez mais baixo, mas a concorrência predatória transformou-se numa armadilha a partir do momento em que afetou a qualidade.

“Estávamos perdendo a identidade. Nossos bordados passaram a ser considerados de segunda linha”, admite Aquiles Sina, presidente do Sindicato das Indústrias e Comércio de Bordado de Ibitinga (Sindicobi).



A empresária Fulvia Arruda Jacobsen, da Empório dos Bordados, lembra que, ao procurar os lojistas em São Paulo, há cerca de dez anos, não dizia que era de Ibitinga: “Primeiro eu mostrava meu trabalho, e só depois contava de onde era”.

De três anos para cá, no entanto, houve uma mudança radical, obtida graças a uma sólida parceria entre os empresários, o poder público, a Fiesp, o sindicato da

categoria e o Sebrae-SP. Hoje, a cidade detém 5% do mercado nacional, responde por 13% da produção no estado de São Paulo, emprega cerca de 18 mil pessoas direta e indiretamente e faturou no ano passado cerca de R\$ 200 milhões. Ibitinga tornou-se o segundo maior pólo de bordados do país, depois de Brusque (SC) – e os empresários não precisam mais esconder sua origem.

Um dos fatores que contribuíram para a valorização da qualidade dos produtos, no início de 2003, foi a organização em Arranjo Produtivo Local (APL), apoiada pelo Sebrae-SP e a Fiesp, com o apoio da prefeitura local e do Sindicobi. Das 350 empresas de bordados então existentes, 19 aderiram imedia-

APLs



Aquiles Sina, presidente do Sindicobi e dono da Sina Bordados: “Estávamos perdendo a identidade”

tamente ao projeto. Hoje já são 34, “um exemplo para as outras e, principalmente, para as mais de 1.200 confecções informais que atuam na região”, afirma o presidente do sindicato.

A própria empresa de Aquiles Sina passou por modificações. Antes do APL, a Sina Enxovais chegava a produzir 25 mil peças por mês, que hoje se reduziram a 8 mil: “O problema é que eu tinha um produto de baixo valor agregado. Achava que planejava bem e descobri que não me comprometia com minha organização”.

Barco à deriva – O início da organização do APL, contudo, não foi tranquilo. A maioria dos empresários encarava o vizinho como concorrente, explica Jacira Iadocicco, gestora do projeto em Ibitinga: “Passamos mais de um ano trabalhando na integração do grupo. A mudança de com-

portamento ficou visível no ano passado, depois que todos passaram por cursos e workshops”.

Oswaldo de Moraes, da Juma Confecções, resume: “Eu era um vendedor de tecidos e virei empresário. Não sabia a importância de uma pesquisa de mercado, de desenvolver um layout para minha marca. Era um barco à deriva. Com o APL, vieram as pesquisas de mercado, as consultorias, a compra adequada de maté-

ria-prima. O concorrente deixou de ser bicho-papão para se tornar um parceiro. Hoje a empresa tem foco, tem direção”, afirma. Atualmente, Moraes produz 30 mil peças por mês, emprega 210 pessoas e já investiu cerca de R\$ 1 milhão em máquinas.

Fulvia Jacobsen, que antes sofria com o preconceito dos compradores, também está expandindo seu negócio: “Começamos a participar do APL em 2005, e o projeto caiu como uma luva em nossa fábrica”. O Empório dos Bordados tem clientes como Etna e Tok Stok e seus produtos já foram mostrados em novelas da Globo. “Queríamos crescer 15% em 2006 e já chegamos a 25%. Para 2007, devemos crescer 30%”, acrescenta.

Sergio Bufelli, gerente de vendas da Vilela Enxovais, acrescenta: “Antes do APL, tu-



Jacira Iadocicco, gestora do projeto em Ibitinga



Oswaldo de Moraes, da Juma Confecções: “Eu era um vendedor de tecidos e virei empresário”

do era pouco profissional. Não tínhamos um gerente de produção nem controle de qualidade e estoque”. A empresa investiu cerca de R\$ 1 milhão em novas máquinas, buscou novos clientes e criou uma comissão de prevenção de acidentes. “No início, era difícil convencer um cortador de tecido a trabalhar com luvas de aço e sapatos fechados”, conta.

Segundo a gestora do APL, no arranjo cada empresário tem uma participação integradora. “Nas compras conjuntas, por exemplo, alguns são responsáveis pelo pagamento, outros ficam com as entregas. Eles aprendem a confiar uns nos outros e transmitem essa confiança aos funcionários”, explica Jacira.

As mudanças estenderam-se às lideranças empresariais. Se-



Sergio Bufelli, gerente da Vilela Enxovais: investimento de R\$ 1 milhão em novas máquinas

gundo Aquiles Sina, o sindicato pouco atuava antes do APL. “A única preocupação era negociar o dissídio da categoria. Hoje temos uma representação forte entre os empresários, que confiam nas decisões do sindicato.”

Cursos como design, recursos humanos e vendas são realizados no próprio sindicato. Também no sindicato funciona o Posto de Atendimento ao Empreendedor (PAE) do Sebrae-SP, inaugurado em 21 de outubro. “Em apenas um mês e meio, cerca de 50 pessoas passaram pelos cursos e palestras”, explicam Angélica Lopes Talarico e Joyce Thaís Taraskevicius, agentes de desenvolvimento do posto. “Cada curso atende em média 30 pessoas e já não há mais vagas.”

Exportação à vista – As ações do APL já constam do Plano Diretor da prefeitura. “Ibitinga está mais forte, com empresas mais ativas e capazes de alcançar o mercado externo”, afirma Sina. A Empório dos Bordados, por exemplo, já foi procurada por representantes da África do Sul, da Alemanha e de países do Mercosul. Os empresários do APL também estão participando de um curso de capacitação para exportado-

res, com clínica de avaliação de produtos e workshops técnicos realizados pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit).

A primeira experiência em uma missão empresarial internacional aconteceu neste ano, na Alemanha, na 36ª edição da Heimtextil, a maior do mundo



Joyce e Angélica, agentes do PAE em Ibitinga: cresce a procura por atendimento

no setor, no que se refere a tendências, materiais e cartelas de cores. Lá, ficou claro que, agora, os empresários de Ibitinga trabalham realmente como um grupo, compartilhando experiências e desenvolvendo com criatividade a atividade que conseguiu reconstruir a fama da cidade. ◆

Por Beth Matias
Colaborou: Gustavo Brigatto



O milagre da multiplicação



Fotos: Tânio Marcos/Luz

Programa de regionalização de incubadoras aumenta a capilaridade do sistema e multiplica a capacidade de atendimento

Carlos Eduardo Fernandes, gerente da Inagro, de Jaborandi: “Vamos mostrar aos empresários que eles não estão sozinhos”

Dia 18 de outubro de 2006: 40 empreendedores vão à Câmara Municipal de Viradouro, 415 quilômetros a noroeste de São Paulo, para assistir a uma palestra promovida por meio de uma parceria entre o Sebrae-SP e a prefeitura. Ali, eles conhecem o projeto de Regionalização do Atendimento das Incubadoras, iniciado em agosto em Morro Agudo, na mesma região, que apresentou um modelo inédito de atendimento do Sebrae-SP às

micro e pequenas empresas.

A proposta é ousada: estender o apoio a empresas de outras cidades por meio da incubação à distância. Como no processo tradicional, as incubadas associadas também recebem orientação de negócios, treinamento e consultoria. “Como não dava para aumentar as incubadoras, mas era preciso ampliar o atendimento, investimos na regionalização, o que significa fazer mais com menos”, resume

Adélia Bueno, gerente do Escritório Regional do Sebrae-SP em Barretos.

Para o prefeito de Viradouro, José Lopes Fernandes, o aporte de conhecimentos é essencial: “Muitos empresários ainda trabalham com sistemas arcaicos, principalmente quanto à tecnologia. Agora poderão traçar novas estratégias, como exportações ou licitações públicas”.

Hoje, o Sebrae-SP mantém convênios com a Incubatec, de Barretos; Inagro, de Jaborandi; IEB, de Bebedouro, e Ineg, de Guaíra, para atender os 23 municípios da região. Em breve, o projeto chegará a Colina, Severina e Cajobi.

O trabalho com empresas associadas fortalecerá a tarefa das incubadoras como agentes de desenvolvimento regional

Empresa de software quer crescer

Fundada há quatro anos, a empresa de desenvolvimento de softwares FourInfo, de Morro Agudo, deverá ser a primeira a firmar o contrato de pré-incubação no formato de associação à incubadora. Os quatro sócios assistiram à reunião de apresentação do projeto em agosto. Com 40 clientes em carteira, esperam terminar o ano com faturamento bruto de R\$ 80 mil. “Começamos a crescer de forma técnica e ago-

ra precisamos de um caminho para crescer de maneira organizada. Chegou o momento de ter alguém que nos dê suporte”, diz Francisco Terra, diretor administrativo da FourInfo.

Após a reunião inicial, o gerente da Incubatec visitou a empresa e conversou com os sócios. No início de outubro, a visita foi retribuída. Agora, terão três meses para elaborar um plano de negócios, com apoio da Incu-

batec, para passar à categoria de incubados associados.

Outra empresa que está iniciando o processo é a Toledini Soluções em Termoformagem, de Barretos. Montada pelo casal Cláudia e Orlando Baldini, fechou contrato com a Chapéus Cury, de Campinas, para produzir maletas para transportar os produtos. “O que esperamos é apoio, é ter para onde correr. Precisamos de parcerias tecnológicas para desenvolver projetos em conjunto”, diz Cláudia.

No estado, a entidade mantém convênios com 75 incubadoras, que atendem 844 empresas (103 pré-residentes, 588 residentes e 153 associadas), que oferecem 3.370 postos de trabalho.



Nicola Bloise, gerente da Incubatec, de Barretos: um “namoro” bem-sucedido

De 10 para 80 – Além de aumentar a capilaridade da rede, o formato ampliará o número de empresas atendidas. A proposta de regionalização foi apresentada em 2005 pelo Instituto Barretos de Tecnologia, gestor da Incubatec. “Vínhamos ‘namorando’ o projeto, mas não havia um formato definido. Fizemos ensaios, coletamos dados e propusemos a idéia ao Sebrae-SP”, lembra Nicola Bloise, gerente da Incubatec.

Também as incubadoras de Bebedouro e Jaborandi haviam realizado experiências de re-

gionalização e passam agora a atuar de acordo com a nova sistemática. No caso de Bebedouro, segundo o gerente José Lopes Filho, a IEB vinha trabalhando com dez empresas incubadas fisicamente e 11 em sistema de empresas associadas. Algumas delas, que eram da área de

tecnologia, devem passar para a Incubatec. Lopes acredita que a atuação em outros municípios garantirá uma boa expansão: “A expectativa é de que, até março ou abril do ano que vem, estejamos com cerca de 25 incubadas associadas”, diz. A Inagro, de Jaborandi, possui



José Lopes Fernandes, prefeito de Viradouro: entre as metas, exportação e licitações públicas

dez empresas associadas, e o gerente Carlos Eduardo Fernandes afirma: “É um grande apoio aos empresários, que economizam investimentos e têm acesso mais rápido ao conhecimento. Vamos demonstrar que não estão sozinhos e apoiá-los em aspectos como gestão, administração financeira e tecnologia”.

De acordo com o gerente da unidade de Inovação e Acesso à Tecnologia do Sebrae-SP, Marcelo Dini, o trabalho com empresas associadas vai dar força à

tarefa das incubadoras como agentes de desenvolvimento regional: “A iniciativa da região de Barretos contribui fortemente para disseminar o conceito de inovação e vai otimizar os resultados dos investimentos”. ◆

Por Rubem Barros
Colaborou: Ali Hassan

Aprendendo a em

Programa JEPP leva empreendedorismo a escolas do estado

Os 1.250 alunos do Colégio Guilherme Dumont Villares, na capital de São Paulo, ficaram felizes ao saber que o bengalês Mohammed Yunus, pioneiro na implantação do microcrédito, ganhou o Prêmio Nobel da Paz. Em 2005, a escola havia escolhido o tema para as atividades do programa Jovens Empreendedores – Primeiros Passos (JEPP), do Sebrae-SP, realizado pelo quinto ano consecutivo. Os alunos simularam a experiência de Bangladesh: receberam empréstimos, desenvolveram projetos de empreendedorismo, pagaram de volta o que deviam e, com o lucro auferido, abriram cadernetas de poupança.

Como eles, mais de 60 mil crianças de São Paulo tiveram a oportunidade de conhecer o ciclo de vida de uma empresa e aprender a importância da atitude empreendedora para a inserção futura no mercado de trabalho. “Nosso objetivo é desenvolver essa atitude para que ela seja uma opção, e não resultado da falta de opções de tra-



Alunos do Colégio Guilherme Dumont Villares: no Ensino Médio, programa Jovens Empreendedores dá seqüência ao JEPP e aperfeiçoa os conhecimentos adquiridos nas séries anteriores

balho”, explica Érika Vadala, coordenadora do programa.

Um dos pontos-chave do sucesso do JEPP, que se iniciou em São José dos Campos, é o fato de as atividades serem realizadas em projetos interdisciplinares, paradigma atual da educação, que relacionam a montagem de uma empresa aos conteúdos formais da série. Uma feira para exposição e venda dos produtos é realizada no fim do programa.

Em Miguelópolis, na divisa com Minas Gerais, os alunos da 3ª série da escola municipal, ao montar um

negócio de nutrição e alimentos, plantaram, colheram e analisaram o valor nutricional dos alimentos. Na 1ª série, as atividades ajudaram os professores, que no início diziam não saber como trabalhar. “Essas iniciativas estimularam o próprio processo de alfabetização”, diz Marisa Barbosa, secretária de Educação da cidade, em que 100 professores e 40% dos alunos foram capacitados. No fim, alunos e professores montaram uma Feira de Empreendedorismo na praça principal da cidade.

Em todo o estado, cerca de 90% dos estudantes que fizeram o programa são de redes públicas municipais que firmaram convênios com o Sebrae-SP para



Érika Vadala: novas opções no futuro profissional

preender

capacitação de professores, aquisição das apostilas e orientação sobre o projeto. Em 2006, foram atendidos 35 municípios.

Multiplicação veloz – Em Itatiba, o programa começou em 2004, com a capacitação de 48 professores que repassaram noções de empreendedorismo a 3.848 alunos de seis escolas. Em 2006 o JEPP já está presente em 11 das 27 escolas de ensino fundamental, atendendo 6.300 alunos. “Temos de nos preparar para essa grande mudança na questão do emprego, fornecendo e contextualizando conhecimentos para as crianças e os jovens. O empreendedorismo consegue dar a eles condições de atuar com iniciativa, organização, visão de futuro, controle financeiro e criatividade para fazer a ponte entre a realidade em que os jovens vivem e as exigências

da sociedade”, diz o prefeito de Itatiba, José Roberto Fumach.

Crianças e jovens aprendem que é preciso estar em sintonia com o mercado. Foi o que fizeram os alunos da 8ª série do Colégio Piaget, no Imirim, em São Paulo, ao formatar os negócios para a feira cultural “Empreender para Vencer”, em outubro. “Os alunos pesquisaram, identificaram uma oportunidade e não ficaram apenas nos próprios desejos”, conta Branca de Azevedo, orientadora da escola.

“É preciso sensibilizar os jovens para o fato de que a sociedade está deixando de ser industrial para se tornar prestadora de serviços. Há muita gente capacitada, mas não existem empregos. Por isso, é preciso desenvolver o comportamento empreendedor”, acrescenta Érika Vadala.

No currículo – Eliana Baptista Pereira, diretora do Colégio Dumont Villares, vai além. Sua escola já incorporou o programa à grade



Alunos de São José dos Campos entram em contato com o empreendedorismo

curricular: “Em pouco tempo o empreendedorismo será uma ação educacional obrigatória. É uma atitude que se adquire e, como tal, deve ser formada. A ação da escola é fundamental para dar instrumentos aos alunos, que desenvolvem uma ética diferenciada e percebem que o bom negócio tem

mão dupla”.

Na Escola Municipal Irmãos Matos, em Patrocínio Paulista, região de Franca, o JEPP é também instrumento de inclusão social. O material oferecido pelo Sebrae-SP foi adaptado pela professora Marlei Cintra, que dá aula a deficientes visuais.

A missão do grupo era montar um supermercado, e a professora usou lona para representar a cobertura, alumínio para o carrinho e adicionou etiquetas em braille. “Mas nem precisava. Eles passavam a mão e já viam o que era. O programa solidificou o desejo deles de serem bons profissionais”, diz Marlei.

Os municípios e as escolas interessados na implantação do projeto devem procurar o Escritório Regional do Sebrae-SP mais próximo de sua cidade.

Por Rubem Barros
Colaborou: Pedro Burgos



Feira do Empreendedorismo na praça principal de Miguelópolis: 100 professores e 40% dos alunos da cidade foram capacitados

ESCRITÓRIOS REGIONAIS DO SEBRAE-SP

Capital

Capital Leste

Gerente: Nilton de Castro Barbosa
Rua Monte Serrat, 427 – Tatuapé – CEP 03312-000 – Tel./fax (11) 6225-2177

Capital Norte

Gerente: Mário Valsechi
Rua Dr. Olavo Egídio, 690 – Santana – CEP 02037-001 – Tel. (11) 6976-2988 – Fax (11) 6950-7992

Capital Oeste

Gerente: Fernando Chinaglia
Anunciação
Rua Pio XI, 675 – Lapa – CEP 05060-000 – Tel./fax (11) 3832-5210

Capital Sul

Gerente: Claudio Quandt Alves Barrios
Av. Adolfo Pinheiro, 712 – Santo Amaro – CEP 04734-001 – Tel./fax (11) 5522-0500

Grande São Paulo

Grande ABC I

Gerente: Josephina Irene Cardelli
Rua Nicolau Filizola, 100 – Centro – São Bernardo do Campo – CEP 09725-760 – Tel. (11) 6833-8222 – Fax (11) 6833-8211

Grande ABC II

Gerente: Josephina Irene Cardelli
Rua Cel. Fernando Prestes, 47 – Centro – Santo André – CEP 09020-110 – Tel./fax (11) 4990-1911

Guarulhos

Gerente: Evandro Morales Sarturi
Rua Luiz Faccini, 441 – Centro – CEP 07110-000 – Tel./fax (11) 6440-1009

Mogi das Cruzes

Gerente: Ana Maria Magni Coelho
Av. Japão, 450 – Alto do Ipiranga – CEP 08730-330 – Tel. (11) 4722-8244 – Fax (11) 4722-9108

Osasco

Gerente: Mauro Quereza Janeiro Filho
Rua Primitiva Vianco, 640 – Centro – CEP 06016-004 – Tel./fax (11) 3682-7100

Interior do Estado

Araçatuba

Gerente: Ricardo Espinosa Covelo
Rua Cussy de Almeida Júnior, 1.167 – Higienópolis – CEP 16010-400 – Tel. (18) 3622-4426 – Fax (18) 3622-2116

Araraquara

Gerente: Paulo Eduardo Stabile de Arruda – Av. Espanha, 284 – Centro – CEP 14801-130 – Tel. (16) 3332-3590 – Fax (16) 3332-3566

Baixada Santista

Gerente: Silvana Pompermayer
Av. Ana Costa, 418 – Gonzaga – Santos – CEP 11060-002 – Tel. (13) 3289-5818 – Fax (13) 3289-4644

Barretos

Gerente: Maria Adélia Espinha
Av. Treze, 767 – Centro – CEP 14780-270 – Tel./fax (17) 3323-2899

Bauri

Gerente: Milton Aparecido Debiasi
Av. Duque de Caxias, 20-20 – Vila Cárdia – CEP 17011-066 – Tel. (14) 3234-1499 – Fax (14) 3234-2012

Botucatu

Gerente: Fábio Ângelo Bonassi
Rua Dr. Cardoso de Almeida, 2.015 – Lavapés – CEP 18602-130 – Tel./fax (14) 3815-9020

Campinas

Gerente: Vlamir Sartori
Av. Andrade Neves, 1.811 – Jardim Chapadão – Tel. (19) 3243-0277

Franca

Gerente: Luiz Carlos Donda
Rua Ângelo Pedro, 2.337 – São José – CEP 14403-416 – Tel. (16) 3723-4188 – Fax (16) 3723-4483

Guaratinguetá

Gerente: Augusto dos Reis Ferreira
Rua Duque de Caxias, 100 – Centro – CEP 12501-030 – Tel. (12) 3132-6777 – Fax (12) 3132-2740

Itapeva

Gerente: Marimar Guidorzi de Paula
Rua Arioaldo de Queiroz Marques, 100 – Centro – CEP 18400-560 – Tel. (15) 3522-4444 – Fax (15) 3522-4120

Jundiaí

Gerente: Vlamir Sartori
Rua Suíça, 149 – Jardim Cica – CEP 13206-792 – Tel. (11) 4587-3540 – Fax (11) 4587-3554

Marília

Gerente: Pedro Rocha Barreiros
Av. Sampaio Vidal, 45 – Barbosa – CEP 17501-441 – Tel. (14) 3422-5111

Ourinhos

Gerente: Wilson Nishimura
Av. Horácio Soares, 1.012 – Jardim Paulista – CEP 19907020 – Tel./fax (14) 3326-4413

Piracicaba

Gerente: Antonio Carlos de Aguiar Ribeiro
Av. Independência, 527 – Centro – CEP 13419-160 – Tel. (19) 3434-0600 – Fax (19) 3434-0880

Presidente Prudente

Gerente: José Carlos Cavalcanti
Rua Ribeiro de Barros, 630 – Jardim Aviação – CEP 19020-430 – Tel. (18) 3222-6891 – Fax (18) 3221-0377

Ribeirão Preto

Gerente: Rodrigo Matos do Carmo
Rua Inácio Luiz Pinto, 280 – Alto da Boa Vista – CEP 14025-680 – Tel. (16) 3621-4050

São Carlos

Gerente: Paulo Eduardo Stabile de Arruda
Rua 15 de Novembro, 1.677 – Centro – CEP 13560-240 – Tel. (16) 3372-9503

São João da Boa Vista

Gerente: Paulo Sérgio Cereda
Rua Getúlio Vargas, 507 – Centro – CEP 13870-100 – Tel. (19) 3622-3166 – Fax (19) 3622-3209

São José do Rio Preto

Gerente: Arthur Eugenio Furtado Achoa
Av. Bady Bassit, 4.000 – Vila Nossa Senhora da Paz – CEP 15025-000 – Tel. (17) 3222-2777 – Fax (17) 3222-2999

São José dos Campos

Gerente: Mauro Medeiros
Rua Santa Clara, 690 – Vila Adyanna – CEP 12243-630 – Tel. (12) 3922-2977 – Fax (12) 3922-9165

Sorocaba

Gerente: Carlos Alberto de Freitas
Rua Cesário Mota, 60 – Centro – CEP 18035-200 – Tel. (15) 3224-4342 – Fax (15) 3224-4435

Vale do Ribeira

Gerente: Elinton Alessandro Silvério
Rua José Antonio de Campos, 297 – Centro – CEP 11900-000 – Tel. (13) 3821-7111

Votuporanga

Gerente: Fabio Ravazi Gerlach
Av. Wilson de Souza Foz, 4.405 – San Remo – CEP 15502-052 – Tel. (17) 3421-8366 – Fax (17) 3421-5353



PAES (Postos Sebrae de Atendimento ao Empreendedor)

Altinópolis – Rua Coronel Joaquim Alberto, 10 – Tel. (16) 3665-2885

Amparo – Rua Treze de Maio, 313, sala 8 - Galeria Montini – Tel. (19) 3807-3533

Apiáç, Barra do Chapéu, Itaoca, Itapirapuã Paulista, Ribeira – Rua Leopoldo Leme Verneck, 268

Arujá – Av. Antônio Afonso de Lima, 670, sala 6 – Tel. (11) 4653-3521

Assis – Rua Antônio Zuardi, 950 – Tel. (18) 3302-4406

Avaré – Rua Rio de Janeiro, 1.622 – Tel. (14) 3733-1366

Bariri – Rua Campos Sales, 582 – Tel. (14) 3662-9400

Caieiras – Av. Professor Carvalho Pinto, 290 – Tel. (11) 4442-3256

Capão Bonito – Rua 7 de Setembro, 659 – Tel. (15) 3542-4053

Capivari – Rua Padre Fabiano, 560 – Tel. (19) 3491-3649

Cardoso – Rua Deputado Castro de Carvalho, 1.841 – Tel. (17) 3453-1845

Catanduva – Rua São Paulo, 777 – Tel. (17) 3525-2426

Cerqueira César – Rua J.J. Esteves, quiosque 4 – Tel. (14) 3714-4266

Conchal – Rua São Paulo, 431 – Tel. (19) 3866-2552

Cruzeiro – Rua Capitão Neco, 118 – Tel. (12) 3141-1107

Embu – Rua Siqueira Campos, 100 – Tel. (11) 4241-7305

Fartura – Rua Barão do Rio Branco, 436 – Tel. (14) 3382-1792

Fernandópolis – Av. Primo Angelucci, 135 – Tel. (17) 3465-3555

Ferraz de Vasconcelos – Rua Bruno Altafin, 26 – Tel. (11) 4678-2697

Garça – Av. Dr. Eustachio Scalzo, 200, box 13 – Tel. (14) 3406-5252

Guaíra – Rua Oito, 500 – Tels. (17) 3332-0241 e 3331-5865

Holambra – Rua Rota dos Imigrantes, 470, loja 106 – Tel. (19) 3802-1593

Hortolândia – Rua Luis Camilo de Camargo, 470 – Tel. (19) 3897-9999

Ibitinga – Rua Quintino Bocaiúva, 498 – Tels. (16) 3342-7194 e 3342-7198

Igarapava – Av. Maciel, 460 – Tel. (16) 3172-1709

Ilha Bela – Av. Almirante Tamandaré, 651 – Tels. (12) 3896-2440 e 3896-1091

Ilha Solteira – Rua Rio Tapajós, 185 – Tel. (18) 3742-4918

Indaiatuba – Rua 9 de Julho, 489 – Tel. (19) 3894-3370

Itanhaém – Av. Presidente Vargas, 757 – Tel. (13) 3426-2000

Itápolis – Av. Presidente Valentim Gentil, 335 – Tel. (16) 3262-8839/8838

Itaquera – Rua Gregório Ramalho, 12 – Tel. (11) 6944-5099

Itapetininga – Rua Campos Sales, 230 – Tel. (15) 3272-9210/9218

Itararé – Rua 7 de Setembro, 412 – Tel. (15) 3532-1162

Itatiba – Rua Coronel Camilo Pires, 225 – Tel. (11) 4534-7896

Itu – Rua do Patrocínio, 419 – Tel. (11) 4023-6104

Ituverava – Rua Cel. José Nunes da Silva, 277 – Tel. (16) 3839-1277

Jaboticabal – Esplanada do Lago Carlos Rodrigues Serra, 160 – Tel. (16) 3209-3300

Jacaré – Rua Alfredo Schurig, 283 – Tel. (12) 3952-7362

Jaguariúna – Rua Cândido Bueno, 843, salas 6 e 7 – Tel. (19) 3867-1477

Jales – Av. Francisco Jales, 3.097 – Tel. (17) 3632-6776

Jardinópolis – Rua Eugênio Lamonato, 30 – Tel. (16) 3663-8222

Jáú – Rua Marechal Bittencourt, 766 – Tel. (14) 3624-2106

Laranja Paulista – Praça Armando de Sales Oliveira, 114, sala 10 – Tel. (15) 3283-4282

Leme – Av. Carlo Bonfanti, 106 – Tel. (19) 3573-7100

Lençóis Paulista – Rua Coronel Joaquim Gabriel, 11 – Tel. (14) 3263-2300

Limeira – Rua Prefeito Alberto Ferreira, 179 – Tel. (19) 3404-9838

Lins – Rua XV de Novembro, 130, 2º andar – Tel. (14) 3522-1085

Macatuba – Rua Professora Teófila Pinto de Camargo, 548 – Tel. (14) 3298-2264

Martinópolis – Praça Getúlio Vargas – Pátio da Fepasa – Tel. (18) 3275-4661

Matão – Rua Cesário Mota, 1.290 – Tel. (16) 3382-4004

Miguelópolis – Av. Rodolfo Jorge, 555 – Tel. (16) 3835-3137

Monte Aprazível – Rua Duque de Caxias, 520 – Tel. (17) 3275-3844

Nhandeara – Rua Antonio Belchior da Silva, 919 – Tel. (17) 3472-1230

Novo Horizonte – Rua Jornalista Paulo Falzeta, 1 – Tel. (17) 3542-7701

Olímpia – Praça Rui Barbosa, 117A – Tel. (17) 3279-7390

Orlândia – Rua Dez, 340 – Tel. (16) 3826-3935

Oswaldo Cruz – Av. Kennedy, 383 – Tel. (18) 3529-1212

Paraguçu Paulista – Rua Sete de Setembro, 775 – Tel. (18) 3361-6899

Paranapanema – Rua Francisco Alves de Almeida, 605 – Tel. (14) 3713-1744

Paulínia – Av. Pres. Getúlio Vargas, 527 – Tel. (19) 3874-9976

Penápolis – Rua Ramalho Franco, 340 – Tel. (18) 3652-1918

Peruibe – Rua Riachuelo, 40 – Tel. (13) 3455-8247

Piedade – Praça da Bandeira, 91 – Tel. (15) 3244-3071

Pindamonhangaba – Rua Deputado Claro Cesar, 44 – Tel. (12) 3643-1133, ramais 206-209

Piraju – Rua Treze de maio, 500 – Tel. (14) 3351-1846

Poá – Rua Pedro Américo, 12 – Tel. (11) 4638-1980

Pompéia – Av. Expedicionários de Pompéia, 217 – Tel. (14) 3452-2825

Porto Feliz – Rua Ademar de Barros, 340 – Tel. (15) 3262-9000

Rancharia – Av. D. Pedro II, 484 – Tel. (18) 3265-1079

Rosana – Av. José Velasco, 1.675 – Tel. (18) 3288-8203

Salto – Rua 9 de Julho, 403 – Tel. (11) 4028-0445

Santa Bárbara D'Oeste – Rua Riachuelo, 733 – Tel. (19) 3499-1012

Santa Cruz do Rio Pardo – Av. Deputado Leônidas Camarinha, 316 – Tels. (14) 3373-2122 e 3372-5900

Santa Fé do Sul – Av. Grandes Lagos, 141 – Tel. (17) 3631-5021

Santa Isabel – Av. da República, 297 – Tel. (11) 4656-1000

Santa Rosa de Viterbo – Praça Antônio de Souza Figueira – Tel. (16) 3954-3822

Santana de Parnaíba – Av. Tenente Pires Marques, 5.405 – Tel. (11) 4156-4524

Santo Antonio da Posse – Rua Iara Hemsse de Moraes, 137 – Tel. (19) 3896-9045

São José do Rio Pardo – Rua XV de Novembro, 37 – Tel. (19) 3681-5050

São Roque – Rua Rui Barbosa, s/n

São Sebastião da Gramma – Av. Capitão Joaquim Rabelo Andrade, 198, sala 1 – Tel. (19) 3646-9702

Sertãozinho – Av. Afonso Trigo, 1.588 – Tel. (16) 3945-1080, ramal 209

Sumaré – Rua Antonio Jorge Chebab, 1.212 – Tel. (19) 3873-8701, ramal 722-723

Taboão da Serra – Rua Pedro Borba, 259 – Tel. (11) 4135-3125/4855

Tambaú – Rua José Lepri, 41 – Tel. (19) 3673-9500/9512

Tanabi – Rua Capitão Daniel da Cunha Moraes, 388 – Tel. (17) 3272-1336

Taquarituba – Av. Cel. João Quintino, 68 – Tel. (14) 3762-1995

Tarumã – Av. das Orquídeas, 353, 1º andar – Tel. (18) 3329-1193

Tatui – Praça Martinho Guedes, 12 – Tel. (15) 3259-8588, ramal 207

Tupã – Praça da Bandeira, 291 – Tel. (14) 3441-3887

Urupês – Rua Barão do Rio Branco, 704 – Tel. (17) 3552-1568

A man in a light blue shirt is sitting on large, three-dimensional blue letters that spell out the word "DÚVIDA" (Doubt). He is in a bar or cafe setting with a counter, stools, and shelves of bottles in the background. The lighting is warm and focused on the man and the letters.

**COMO FAÇO PARA
AMPLIAR MEU NEGÓCIO?**

**VOCÊ TEM PERGUNTAS?
O SEBRAE TEM RESPOSTAS.
Ligue 0800 728 0202
ou acesse www.sebraesp.com.br**

Empreendedor, seja qual for seu ramo de atividade - indústria, comércio, serviços, agricultura - você precisa de conhecimento para crescer. E para isso você pode contar com o SEBRAE-SP. Nós temos informações e ferramentas de gestão que ajudam o empreendedor a abrir, administrar ou ampliar sua empresa. Não fique na dúvida. Procure o SEBRAE-SP pela internet, pelo telefone ou em um dos mais de 100 postos de atendimento do SEBRAE no Estado de São Paulo.

Quem tem conhecimento vai pra frente.

SEBRAE
SP